

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 3ª (terceira) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros: Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a Ata da 2ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/1693/2017. Auto de Infração nº 1/201628504. RECORRENTE: ÓTICA MARIZ LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento e, tomar as seguintes deliberações: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de vício formal consistente no descumprimento do prazo legal para conclusão da fiscalização em 180 dias da emissão do Mandado de Ação Fiscal, nº 2016.06805,** alegando a autuada, ter sido emitido o Mandado de Ação Fiscal nº 2016.18473, às fls 08 dos autos, para repetição da mesma ação sem observar a regra prevista no art. 819, § 3º do Decreto nº 24.569/97 e, que não tomou ciência do ato do Secretário da Fazenda que autoriza a repetição de ação fiscal - afastada por unanimidade votos, considerando que o Mandado de Ação Fiscal, nº 2016.06805, não se refere a repetição de fiscalização, mas sim de reinício da ação fiscal, conforme estabelece o art. 5º, § 5º da IN – 049/2011 e, não há previsão legal que obrigue o fiscal a expor para o contribuinte as razões que o levaram a um reinício de fiscalização, sendo este, um ato interno da administração pública fazendária. Considerando, ainda, que o

reinício da ação fiscal se deu nos moldes da norma em vigor, a Instrução Normativa 49/2011, que não exige que sejam evidenciadas as razões do reinício da ação fiscal e, que a Ordem de Serviço relativa a ação fiscal em questão foi emitida e assinada por autoridade com plena competência legal, nos termos da Instrução Normativa, já referida;

2. Nulidade em razão da ausência de prática da conduta irregular imputada, qual seja, a autuada não efetuou vendas de mercadorias sem Nota Fiscal – afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a metodologia adotada pelo fiscal, no caso presente, o método de Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias, é válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial, invertendo-se o ônus da prova para o contribuinte;

3. Em referência ao pedido de Perícia, foi afastado por unanimidade de votos, considerando que os elementos de provas acostados aos autos pelo agente fiscal são suficientes para demonstrar e comprovar a ocorrência da infração. **No mérito**, também por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade prevista no art. 123, III, “b”, da Lei nº 12.670/96, nos termos do julgador singular. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da d. Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/1723/2017. Auto de Infração nº 1/201628503. RECORRENTE: ÓTICA MARIZ LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento e, tomar as seguintes deliberações:

1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de vício formal consistente no descumprimento do prazo legal para conclusão da fiscalização em 180 dias da emissão do Mandado de Ação Fiscal, nº 2016.06805, alegando a autuada, ter sido emitido o Mandado de Ação Fiscal nº 2016.18473, às fls 08 dos autos, para repetição da mesma ação sem observar a regra prevista no art. 819, § 3º do Decreto nº 24.569/97 e, que não tomou ciência do ato do Secretário da Fazenda que autoriza a repetição de ação fiscal - afastada por unanimidade de votos, considerando que o Mandado de Ação Fiscal, nº 2016.06805, não se refere a repetição de fiscalização, mas sim de reinício da ação fiscal, conforme estabelece o art. 5º, § 5º da IN – 049/2011 e, não há previsão legal que obrigue o fiscal a expor para o contribuinte as razões que o levaram a um reinício de fiscalização, sendo este, um ato interno da administração pública fazendária. Considerando, ainda, que o reinício da ação fiscal se deu nos moldes da norma em vigor, a Instrução Normativa 49/2011, que não exige que sejam evidenciadas as razões do reinício da ação fiscal e, que a Ordem de Serviço relativa a ação fiscal em questão foi emitida e assinada por autoridade com plena competência legal, nos termos da Instrução Normativa, já referida;

2. Nulidade em razão da ausência de prática da conduta irregular imputada, qual seja, a autuada não efetuou vendas de mercadorias sem Nota Fiscal – afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a metodologia adotada pelo fiscal, no caso presente, o método de Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias, é válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial, invertendo-se o ônus da prova para o contribuinte;

3. Em referência ao pedido de Perícia, foi afastado por unanimidade de votos, considerando que os elementos de provas acostados aos autos pelo agente fiscal são suficientes para demonstrar e comprovar a ocorrência da infração. **No mérito**, também por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA**

exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade prevista no art. 123, III, “b”, da Lei nº 12.670/96, nos termos do julgador singular. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/3785/2017. Auto de Infração nº 1/201703735 RECORRENTE: INDÚSTRIA DE FRIO E PESCA S.A. - IPESCA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Ordinário e, tomar as seguintes deliberações: **I- Em relação a alegação de nulidade do auto de infração por ilegitimidade do Mandado de Ação Fiscal que o autorizou, pois não segue a regra da Instrução Normativa nº 06/2015**, resolvem afastar por unanimidade de votos, considerando que o mandado de ação fiscal foi expedido por autoridade competente, conforme o art. 821, § 5º, I, do Decreto nº 24.569/97, baseado também, nos moldes da norma em vigor, a Instrução Normativa 49/2011; **II- Quanto a alegação de que a notificação do auto de infração não se amolda ao disposto na Lei, comprometendo a observância dos princípios, a saber: Legalidade, Razoabilidade e Proporcionalidade, ou seja a extrapolação do prazo para conclusão da Ação Fiscal de 60 dias (IN 06/2005), considerando o prazo de 180 dias do Mandado de Ação Fiscal – afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a Instrução Normativa nº 06/2005 foi revogada e, que o agente fiscal se utilizou da norma em vigor, a Instrução Normativa 049/2011; III- Quanto à questão suscitada de Multa exorbitante e desproporcional ao ilícito praticado – afastada por unanimidade de votos, considerando que, em momento algum, o agente fiscal extrapolou os parâmetros estabelecidos na legislação fiscal, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 15.614/2014. IV- Que o valor do crédito seja recalculado utilizando apenas a correção monetária devida, a contar da lavratura do auto, sem incidência de juros – afastado por unanimidade de votos em obediência ao art. 62 da Lei nº 12.670/96. No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por maioria de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto e, também por maioria de votos, modificar a decisão condenatória exarada na instância singular e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade, do art. 126, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, para a prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, por ser mais benéfica ao contribuinte. Decisão amparada pelo art. 112 do CTN. Decisão nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que fica designado para lavrar a resolução e, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. A Conselheira Relatora Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, adotou o parecer do representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, que se manifestou oralmente, em sessão, pela aplicação da penalidade prevista no art. 126, da Lei 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, sob o argumento de que há norma específica para o caso em questão e, que não há situação fática que suporte a aplicação do art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, no caso em questão. **Processo de Recurso nº 1/3786/2017. Auto de Infração nº 1/201703733 RECORRENTE: INDÚSTRIA DE FRIO E PESCA S.A. - IPESCA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Ordinário e, tomar as seguintes deliberações: **I- Em relação a alegação de nulidade do auto de infração por ilegitimidade do Mandado de Ação Fiscal que o autorizou, pois não segue a regra da Instrução Normativa nº 06/2015**, resolvem

afastar por unanimidade de votos, considerando que o mandado de ação fiscal foi expedido por autoridade competente, conforme o art. 821, § 5º, I, do Decreto nº 24.569/97, baseado também, nos moldes da norma em vigor, a Instrução Normativa 49/2011; **II- Quanto a alegação de que a notificação do auto de infração não se amolda ao disposto na Lei, comprometendo a observância dos princípios, a saber: Legalidade, Razoabilidade e Proporcionalidade, ou seja a extrapolação do prazo para conclusão da Ação Fiscal de 60 dias (IN 06/2005), considerando o prazo de 180 dias do Mandado de Ação Fiscal** – afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a Instrução Normativa nº 06/2005 foi revogada e, que o agente fiscal se utilizou da norma em vigor, a Instrução Normativa 049/2011; **III- Quanto à questão suscitada de Multa com efeito confiscatório** – afastada por unanimidade de votos, considerando que não é competência desta Câmara de Julgamento afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso interposto e, também por unanimidade de votos, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada na instância singular, aplicando a penalidade, do art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96, com a redação originária da referida norma. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 23 (vinte e três) de julho do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA